

PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO

SOLIDARIEDADE COM O POVO DE TIMOR-LESTE

O IV Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos da Educação, reunido nos dias 19, 20 e 21 de Abril de 1995,

EXPRESSA a sua total solidariedade para com o povo mártir de Timor-Leste, sujeito à mais vil repressão pelas forças invasoras da Indonésia;

DENUNCIA a acção persistente e diversificada que o invasor tem vindo a utilizar para eliminar o direito do povo à sua autodeterminação e para anular a capacidade de resistência dos seus melhores filhos, num claro desrespeito pelos direitos humanos fundamentais;

REPUDIA todos quantos pretendem justificar a presença e a acção das Forças Armadas indonésias;

REAFIRMA que nada justifica a invasão do território de Timor-Leste pelas forças indonésias, e que Portugal não pode alienar as suas responsabilidades pela forma como conduziu o processo de auto-determinação do povo maubere;

APOIA o Governo Português na sua acção judicial contra o Governo da Austrália pelo acordo firmado com a Indonésia para exploração do mar de Timor;

MANDATA o Secretariado Nacional da FNE para utilizar todas as oportunidades que surjam internacionalmente para denunciar a opressão a que está sujeito o povo de Timor-Leste e para exigir que a Indonésia reconheça o papel que a Portugal cabe no apoio à libertação deste povo.

PELO RESPEITO PELOS DIREITOS SINDICAIS

É hoje uma realidade que milhões de trabalhadores usufruem de importantes direitos sindicais nos países democráticos, de que são exemplos a forma como se desenvolve o sindicalismo em Portugal e o clima de liberdade em que decorre o IV Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos da Educação, como resultado de uma luta consequente por um sindicalismo democrático.

É também certo que não estamos indiferentes a todas as situações em que as liberdades sindicais e os direitos dos trabalhadores estão em perigo.

Assim, os trabalhadores da Educação em Portugal, reunidos no IV Congresso da FNE,

RECORDAM todos os que, pondo em risco a sua segurança física, moral e material, e até a dos seus familiares, lutaram e lutam por condições de trabalho e de vida dignas, sem esquecer quantos anonimamente se lhes juntam em espírito, por não terem coragem e generosidade para partilharem os mesmos combates;

REPUDIAM os regimes políticos que cerciam

o direito ao exercício da defesa dos direitos dos trabalhadores em democracia e liberdade;

SOLIDARIZAM-SE com todos os sindicalistas de todo o mundo que continuam a ser perseguidos, torturados e mortos, só por defenderem os seus direitos e os direitos dos que representam;

INCENTIVAM todos os trabalhadores a unirem-se em torno das suas organizações sindicais, lutando sem tréguas pela dignificação do trabalho humano e pela promoção dos valores da solidariedade, da liberdade e da justiça social;

DENUNCIAM as desigualdades de tratamento conferido às organizações sindicais de trabalhadores da Administração Pública na generalidade dos países democráticos, designadamente pelo não reconhecimento do direito à contratação colectiva;

EXIGEM que seja reconhecido o direito à contratação colectiva para a Administração Pública, sem outras limitações que as consagradas pela lei geral e pelas definidoras de carreiras.

PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO

PELA PAZ NO MUNDO

Considerando que se vivem nos nossos dias momentos marcados por terríveis conflitos que nos revoltam e que nos deixam sinais perturbadores sobre o futuro das nossas sociedades;

Considerando que ainda só passaram 50 anos sobre o fim da II Guerra Mundial, parecendo no entanto que a Humanidade já esqueceu as atrocidades cometidas durante esse conflito;

Considerando que começam a despontar de uma forma preocupante manifestações de falta de respeito pela diferença, traduzidas em acções muitas vezes violentas reveladoras de racismo e xenofobia.

Considerando que os combates que se travam na ex-Jugoslávia e na Federação Russa - particularmente na Tchetchenia - são reveladoras de uma incontrolável intolerância e de um

desrespeito absoluto pela vida humana.

Considerando que o ano de 1995 foi declarado como o ano internacional da tolerância,

o IV Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos da Educação

ACUSA todos os governos que, no uso indiscriminado da força das armas - que não sabem utilizar legitimamente - , massacram populações indefesas que só têm as suas mãos e a sua vontade para defenderem o seu legítimo direito à vida, de acordo com as suas tradições;

EXIGE o fim imediato de todas as hostilidades que marcam o tempo contemporâneo, apontando a via do diálogo, da compreensão e da paz como a única consentânea com a natureza humana.

PELOS DIREITOS DO HOMEM

Considerando que a luta pela defesa dos direitos do homem, embora defendida e propugnada por milhões de pessoas e inúmeras organizações em todo o mundo, não tem encontrado os resultados que seria legítimo esperar;

Considerando que a defesa dos direitos do homem se consubstancia também na denúncia das situações de fome, de marginalização social, de desrespeito pelas diferenças, entre outros;

Considerando que uma sociedade justa e democrática depende também de um sistema de justiça célere e que todo o cidadão, antes de ser condenado, tem direito à preservação de condições de vida social digna e à manutenção do seu bom nome;

o IV Congresso da FNE:

APONTA a escola como lugar onde se deve fomentar a defesa e a prática dos direitos humanos, educando todos os jovens para o respeito pelo seu semelhante e pelo direito à diferença;

EXIGE maior celeridade na Justiça e a eliminação de todas as situações que deixem lugar à arbitrariedade, considerando que esta é também uma dimensão inequívoca dos direitos do homem;

CONDENA todas as violações dos direitos humanos que se traduzem tantas vezes pela marginalização social, pela fome, pelo desemprego e pelo analfabetismo;